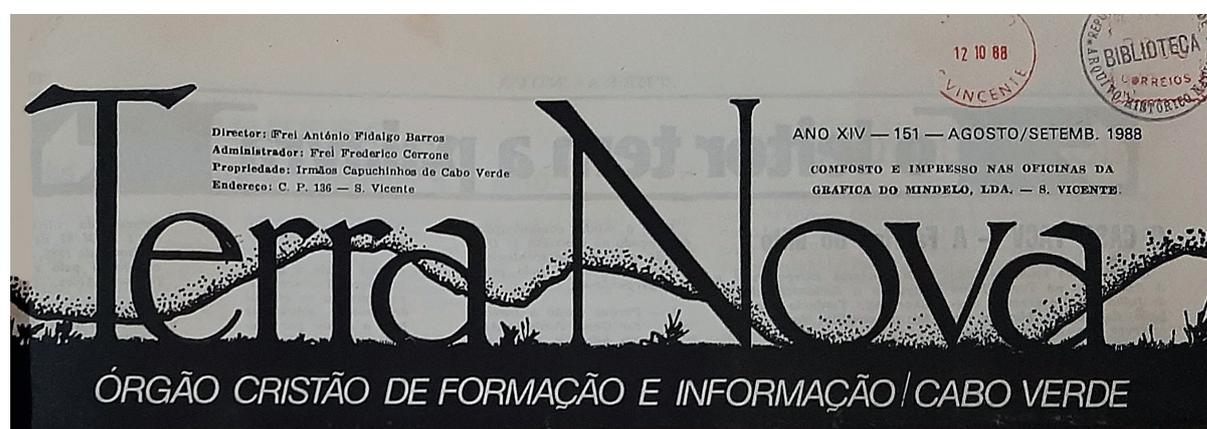


Transição Política na Imprensa da Época

Artigos de Humberto Cardoso no jornal Terra Nova – 1988/1990

Humberto Cardoso, sob os pseudónimos de Péricles Miranda e Tácito Monteiro, fez do jornal Terra Nova (Mindelo, 1975 –) a sua tribuna.



Manuel Brito-Semedo

Nos últimos anos da década de 1980, enquanto os ventos da Perestroika sopravam sobre a Europa de Leste e regimes outrora inabaláveis começavam a ruir, Cabo Verde vivia o seu próprio momento de transição. O modelo de partido único mostrava sinais de desgaste, a sociedade civil revelava inquietação e a necessidade de um debate sobre o futuro do país tornava-se cada vez mais premente. Foi nesse contexto que Humberto Cardoso, sob os pseudónimos de Péricles Miranda e Tácito Monteiro, fez do jornal Terra Nova (Mindelo, 1975 –) a sua tribuna.

Os seus artigos não eram meros exercícios de crítica – eram diagnósticos estruturados, sustentados por uma análise rigorosa da realidade política, social e económica do país. Com um olhar incisivo e uma argumentação meticulosa, Humberto Cardoso desafiou a narrativa oficial e colocou no espaço público questões fundamentais: qual era o verdadeiro papel do partido único? Como evitar a estagnação económica? Até que ponto a centralização excessiva do poder impedia o desenvolvimento do arquipélago?

Escrevendo em um tempo em que a contestação era vista com desconfiança, soube desmontar a lógica do regime e demonstrar, com exemplos concretos, que a sua estrutura se tornara obsoleta. O grande mérito desses textos reside no facto de terem sido escritos – ou irem sendo escritos – à medida que os acontecimentos políticos se desenrolavam, o que lhes confere uma relevância singular nos dias actuais, num tempo em que coexistem diversas narrativas sobre o processo de abertura política. Mas Humberto Cardoso

não se limitava à denúncia – propunha soluções, antecipava cenários e instava as elites políticas a conduzirem uma transição pacífica e ordenada. Inspirado pelos debates internacionais e pelas reformas em curso na União Soviética, alertava para a urgência de mudanças institucionais que evitassem a erosão do Estado e um colapso social irreversível.

A sua escrita, simultaneamente crítica e construtiva, defendia reformas essenciais: o fim do artigo 4º da Constituição, que consagrava o PAICV como força dirigente da sociedade e do Estado; o desmantelamento da polícia política; a descentralização do poder; e a criação de um ambiente onde o pluralismo fosse não apenas permitido, mas garantido.

O impacto dos seus textos foi incontornável. Humberto Cardoso soube ler os sinais do tempo e antecipou as transformações que se avizinhavam. A queda do monopólio partidário, a chegada do multipartidarismo e o nascimento de uma nova era para Cabo Verde foram acontecimentos que ele soube prever, contextualizar e, sobretudo, exigir.

Mais de três décadas depois, os seus artigos permanecem como testemunhos da força transformadora da palavra escrita. O pensamento crítico de Humberto Cardoso continua a ecoar, lembrando-nos de que a democracia não é uma conquista definitiva, mas um exercício permanente de vigilância e participação.

Ler Humberto Cardoso hoje é revisitar um tempo de mudança – e redescobrir a coragem intelectual de quem ousou escrever o futuro.

Transição política na imprensa da época:

Artigos de Humberto Cardoso no jornal Terra Nova – 1988/1990

III CONGRESSO - Cabo Verde entre a realidade e o mito



Humberto Cardoso

TERRA NOVA,
Agosto/Setembro de 1988

Em Novembro vai ser realizado o III Congresso do PAICV. O Ante-Projecto da tese “O PAICV E O EXERCÍCIO DO PODER” foi publicado no “Voz di Povo” e todos foram formalmente convidados a debatê-lo.

Respondendo a esse apelo e pensando no futuro, resolvemos avançar alguns aspectos para o desenvolvimento do debate. Mas primeiro vamos a um “Mundo em transformação” e tentar tirar daí alguns ensinamentos para o nosso futuro.

Mikhail Gorbachev é o político que nos últimos três anos tem, com maior frequência, feito a capa das revistas mais influentes, que tem suscitado maiores controvérsias em todo o mundo, como em Angola, Afeganistão, Kampuchea e Médio Oriente, e diminuído as probabilidades de uma

guerra nuclear pela eliminação de toda uma classe de mísseis nucleares. O seu livro “Perestroika” é um “best-seller” em todos os países.

Gorbachev surge num momento crucial da história da União Soviética. Este país, uma superpotência, com enormes recursos naturais, apresenta uma economia estagnada e em regressão em certos sectores, uma estrutura de exportações com certas semelhanças com a dos países do Terceiro Mundo (matérias-primas e produtos semi-acabados), índices de produtividade baixíssimos, e incapaz de fornecer ao seu povo alimento em quantidade suficiente de modo a acabar com as bichas e também incapaz de fornecer produtos de consumo de qualidade. A continuar essa situação, o próprio estatuto de superpotência militar estará comprometido a médio prazo, porque o poderio militar não é acompanhado de um poderio económico, financeiro e mesmo cultural.

O reconhecimento da estagnação da economia soviética não é de hoje, já o foi no tempo de Krushev cujas reformas foram abortadas pelos burocratas do partido - a nomenklatura. Gorbachev, reconhecendo a urgência das reformas, e ao mesmo tempo, o poder da nomenklatura, vai definir a sua revolução como a “Perestroika” (reestruturação) e “Glasnost” (transparência).

A Perestroika constitui todo o conjunto de reformas capazes de libertar a máquina soviética de todos os empecilhos (controlo rígido do plano, falta de iniciativa dos gestores, excesso

de trabalhadores, desperdício de recursos, etc.) afiná-la para responder ao grande desafio de competir com as grandes economias da Europa, do Japão e dos Estados Unidos. Mas para que isso aconteça é necessário despoletar todas as forças criadoras da sociedade e vencer uma rigidez implantada pela prática do Partido Comunista. Glasnost (transparência) é a política que torna a Perestroika possível.

A União Soviética com a Glasnost vive hoje uma eferescência só vista nos primeiros anos da revolução. Os jornais, anteriormente desprezados, hoje são lidos com avidez; manifestações nas ruas de Moscovo tornaram-se lugares-comuns; uma explosão de criatividade que se manifesta na rádio, na televisão, música, teatro e cinema; livros proibidos como o Dr. Jivago e o Arquipelago de Gulag encontram-se nas livrarias; filmes interditos são exibidos na TV; a própria história é revista tendo sido Estaline condenado e os que ele condenou à morte reabilitados.

A revolução de Gorbachev extravasa as fronteiras da União Soviética e leva a abertura do debate nas chamadas democracias populares. A liderança do Partido Comunista é substituída na Checoslováquia e na Hungria, e na Polónia está-se a criar as condições para o reaparecimento legal de uma organização sindical/política, independente do partido – a “Solidariedade”.

Qual é para nós o significado de tudo isto?

O Ante-projecto diz na sua

introdução que “é de se estruturar um Partido... capaz de elaborar uma ideologia *independente* (sublinhado nosso) porque assente no processo histórico-cultural de formação da sociedade cabo-verdiana e da independência nacional...”, mas o corpo da tese demonstra a presença de contribuições estranhas e, levando em conta o que essas contribuições têm tido como consequência no país de origem e noutras paragens, vejamos:

1- A estrutura do partido é claramente identificável com as estruturas dos partidos comunistas, tanto na hierarquia como nas funções dos seus órgãos. No Ante-Projecto encontramos: “os órgãos da Direcção Nacional do Partido entre os Congressos - O Conselho Nacional (com as funções de Comité Central), a Comissão Política (função do Bureau Político), o Secretariado e o Secretário-geral - detêm o poder político...”

2- O princípio de funcionamento do partido é o centralismo democrático, princípio anunciado por Lenine em 1903 no Congresso Social-democrático Russo e que foi uma das causas da divisão desse partido em partido Menchevique e partido Bolchevique, actualmente partido comunista da URSS.

3- A propósito do centralismo democrático, Rosa Luxemburgo teria criticado Lenine dizendo que este princípio levaria à ditadura do partido sobre o proletariado e, dentro do partido, levaria, primeiro à ditadura do comité central sobre o partido, depois

à ditadura do bureau político e por fim à ditadura pessoal do líder, como veio a verificar-se com Estaline.

O Ante-Projecto informa-nos que o “Conselho Nacional... não vem cumprindo as suas obrigações...” que “...o secretariado... não se conseguiu ainda estruturar este órgão...”, mas que “a Comissão Política. tem desempenhado com eficiência as suas funções”. Considerando, como foi dito acima, que o poder político em Cabo Verde é detido por estes órgãos é-nos permitido deduzir que não funcionando os outros órgãos, a Comissão Política detém, de facto, o poder. Poder indisputável porque não controlado suficientemente pelos órgãos responsáveis por esse controlo (Conselho Nacional e Secretariado e muito menos pela massa dos militantes e pela sociedade sobre a qual é exercida. Isto corresponde precisamente à estrutura do poder nos países do Leste.

4- Noutro ponto do Ante-Projecto diz: “A acção dos quadros do partido... um dos gestores do exercício da função dirigente”.

Como é de conhecimento de todos, os quadros do Partido são maioritariamente formados na URSS, RDA, Cuba, países onde as ciências humanas (História, Economia, Política, etc.) estão fortemente ligadas à ideologia oficial, ou seja, a marcas especiais do marxismo-leninismo. É de se notar que o Ministério da Educação da URSS suspendeu todos os exames de História deste ano devido às adulterações e mentiras claras existen-



1988

TERRA NOVA

III CONGRESSO

Cabo Verde entre a realidade e o mito

Em Novembro vai ser realizado o Terceiro Congresso do PAICV. O Ante-Projecto da Tese «O PAICV E O EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO» foi publicado no jornal VOZ DI POVO e todos foram formalmente convidados a debatê-lo.

Respondendo a esse apelo e pensando no futuro, resolvemos avançar alguns aspectos para o desenvolvimento do debate. Mas, primeiro, vamos a um «Mundo em transformação» e tentar tirar daí alguns ensinamentos para o nosso futuro.

Mikhail Gorbatchev é o político que nos últimos três anos, tem, com maior frequência feito a capa das revistas mais influentes, que tem suscitado maiores controvérsias em todo o mundo, como Angola, Afeganistão, Kampuchea e Médio Oriente, e diminuído as probabilidades de guerra nuclear pela eliminação de toda uma classe de mísseis nucleares. O seu livro «Perestroika» é um

bidos como o Dr. Jivago e Arquipélago de Gulag encontram-se nas livrarias; filmes interditos são exibidos na TV; a própria história é revista tendo sido Estaline condenado e os que ele condenou à morte reabilitados.

A revolução de Gorbatchev extravasa as fronteiras da União Soviética e leva à abertura do debate nas chamadas democracias populares. A liderança do Partido comunista é substituída na Checoslováquia e na Hungria, e na Polónia está-se a criar as condições para o reaparecimento legal de uma organização sindical/política, independente do Partido — a «Solidariedade».

Os mesmos problemas

Qual é para nós o significado disto tudo?

O Ante-Projecto diz na sua introdução que «é de se estruturar um Partido... capaz de elaborar uma ideologia independente (sublinhado nosso) porque assente no processo

nal e Secretariado) e muito menos pela massa dos militantes e pela sociedade sobre a qual é exercida. Isto corresponde precisamente à estrutura do poder nos países do Leste.

4 — Noutro ponto do Ante-Projecto diz: «A acção dos quadros de Partido... um dos gestores do exercício da função dirigente».

Como é do conhecimento de todos, os quadros do Partido são maioritariamente formados na URSS, RDA, CUBA, países onde as ciências humanas (História, Economia, Política, etc.), estão fortemente ligadas à ideologia oficial ou seja a marcas especiais do marxismo-leninismo. É de se notar que o Ministério de Educação da URSS suspendeu todos os exames de história deste ano devido às adulterações e mentiras claras existentes nos textos à disposição dos estudantes.

5 — A semelhança com o modelo vai mais adiante na definição do sistema político

BALAIO DE GATO

O velho adágio dizia: «Quem não te-se com gatos». Observando bem, isso vem amide em alguns países africanos, onde nhar na política para o cidadão aspirar a sua capacidade, certo de que o alcançará, nado com o sistema unipartidário.

Acontece, então, que os governantes, inseguros pela própria incapacidade da nação, montam um sistema absurdamas capaz de garantir todos os desmandos

Em Cabo Verde, a realidade parece porém não muito diferente. Fala-se bastacracia e age-se ao inverso. O nosso unipor si mesmo, em equívoco histórico em XX. E o comunismo semântico se esbarrado capitalismo que o PAICV controla, uma pequena burguesia. Poucos se enriçguns anos apenas, em detrimento da ma

Favorecendo o cooperativismo elitema produz efeitos perniciosos à nossa dução económica que se sente amarguraginalizada na distribuição equitativa dos Assim, a injustiça que se comete contra res é certamente uma iniquidade.

tes nos textos à disposição dos estudantes.

5- A semelhança com o modelo vai mais adiante na definição do sistema político em que são apresentadas “... as suas componentes essenciais, o Partido, o Estado e as organizações de massa...” e na restrição do universo possível quando se diz que “a materialização do projecto de sociedade pelo Partido só e possível se a sociedade assumir, no essencial, a ideologia deste...”. Ora, isto é totalitarismo *tout court*. Alguém pode dizer que não temos um estado totalitário e aceitamos o facto, mas que há todo um “processo histórico-cultural de formação da sociedade cabo-verdiana e da independência nacional” que não permite isso, apesar das intenções confessadas.

Do que foi dito acima é notória a similaridade com estruturas, organizações e comportamentos encontrados em países como a URSS, Polónia, Vietname, etc., que se encontram numa crise terrível após dezenas de anos com esse projecto de sociedade.

Aqui em Cabo Verde não podemos dar-nos ao luxo de esperar 50 ou 70 anos por um Gorbatchev para nos libertar da mediocridade originada pela estreiteza imposta por uma minoria.

Para evitar isso sugerimos a todos os militantes do PAICV que sigam com muita atenção as discussões agora travadas na URSS pois dizem respeito às insuficiências e às graves consequências que advêm da concepção de organização dessa sociedade, fonte onde muitos foram beber.

Os problemas detectados na URSS já começaram a existir entre nós, mas como nós não somos um país-continente devemos encará-los já e não adia-los para as gerações vindouras. Podemos enumerar alguns, só para exemplificar:

- A sociedade está a se rigi-

ficar, manifestando-se isso, primeiramente, nos centros de decisão. Todas as decisões, sejam elas económicas, sociais ou culturais, têm subjacente uma carga política tal, que, como é natural, podem num dado momento ser incorrectas, mas não são corrigidas porque, devido a essa carga, corrigi-las seria pôr em causa a credibilidade do Partido, ou talvez seja melhor dizer a sua *omnisciência* ou *infallibilidade*. Projectos mal concebidos, sobredimensionados ou com outras falhas continuam a sobreviver com injeções de crédito para o espanto de todos.

O Governo tem dificuldades de reciclagem dos seus membros que, por qualquer razão, não se tornam necessários, tem que os enviar para o exterior ou como embaixadores ou como bolseiros. Como disse uma vez um dirigente, “nós nunca poderíamos estar em Cabo Verde na posição de subalternos”. A dificuldade de reciclagem não se verifica somente a esse nível, mas desce para outros escalões onde se depara com situações em que, apesar de ser do conhecimento público o insucesso dum director num serviço ou empresa este é transferido (promovido) para outro serviço ou empresa. A rigidificação dum sociedade leva a consequências

graves porque cria a sensação de tudo é possível, desde o momento em os canais próprios de ascensão são localizados. O não reconhecimento da competência e do saber leva à desmoralização geral com efeitos catastróficos, principalmente nos jovens.

2- A situação económica é preocupante, mas mais ainda são as projecções para o futuro e a ausência real duma estratégia de desenvolvimento económico. O Ante-Projecto diz que no ano 1995 teremos 40% da população activa nos centros urbanos em situação de desemprego. Numa palestra na Praia o Engenheiro José Brito não só repete isso como acrescenta que o rendimento médio do cabo-verdiano irá diminuir até 1995.

3- A nível cultural a situação é gravíssima. O processo de alienação acelerou-se alguns anos após a independência, sentindo-se os jovens actualmente num vazio muito grande de tal forma que as alternativas mais imediatas que conseguem vislumbrar é sair ou como bolseiros ou como emigrantes. A não preocupação pelo saber é nutrido por uma sociedade em cujo seio, mesmo nos centros urbanos mais populosos, não se encontra uma única biblioteca pública, em que a comunicação social,

(rádio, televisão, jornal) ou faz discurso político ou está imersa em trivialidades e mediocridades. A TVEC em três anos de existência jamais realizou um documentário de fundo sobre as nossas ilhas, dando aos que nunca as visitaram a possibilidade de se aperceberem de que somos maiores culturalmente e geograficamente do que o nosso horizonte quotidiano nos transmite.

4- O ascender do bairrismo principalmente entre Santiago e S.Vicente em que o Partido aparece como conciliador, clamando pela unidade nacional. Que na Guiné se tentasse de cima forjar uma unidade nacional é compreensível, mas em Cabo Verde isso não faz sentido algum. Cabo Verde já era nação muitos anos antes do PAIGC, mas uma nação insular cuja riqueza cultural provém da especialidade de cada uma das nossas ilhas, devendo o contributo de cada uma delas ser visto e incentivado.

É a prática burocratizada e centralizadora que, refugian-do-se numa certa concepção do poder, cria desarmonias, forças centrífugas ao actuar num meio cuja realidade não procurou conhecer. Políticas sem este suporte é que deram origem às sublevações de Santo Antão, aquando da reforma agrária e, noutras pa-

ragens, a consequências catastróficas.

5- O assumir pelo Partido do papel do Messias que leva, por um lado, à tentativa de reescrever a historia da luta pela independência nacional de Cabo Verde e, por outro lado, a todo um secretismo em relação às estatísticas nacionais.

O reescrever da história, prática corrente, principalmente nos países socialistas é exemplificado no Ante-Projecto quando se diz que “em 1975 o sistema político assentava sobre uma sociedade paupérrima, caracterizada pelo imobilismo de uns, pela desconfiança de outros e insegurança de muitos”. Ora, todos os cabo-verdianos maiores de 20 anos sabem como todo o povo lutou pela independência nacional e o nível de confiança e esperança que foi depositado no Partido.

A independência foi decidida aqui em Cabo Verde, pelo povo de cada uma das ilhas, guiado mais pela convergência dos seus anseios mais profundos com o programa do partido, do que pela estrutura incipiente do partido. O imobilismo e a desconfiança vieram depois.

O secretismo das estatísticas ilustra outro aspecto do messianismo do Partido: a autoglorificação das grandes realizações económicas, sociais e culturais, etc., sem que ao público sejam fornecidas estatísticas objectivas que permitam avaliar da realidade dos “milagres” realizados. É assim que o público não possui informações detalhadas sobre a dívida externa, a política monetária, o PIB, a ajuda externa, e outros aspectos sensíveis da economia, que permitam análises fundamentais e objectivas.

Não queremos alongar mais. Apenas uma interrogação: será que o Congresso vai ser capaz de dar respostas sérias aos grandes problemas da sociedade cabo-verdiana?

Quase quinze anos de Independência - PONTO DA SITUAÇÃO

Humberto Cardoso

(pseudónimo Tácito Monteiro)

TERRA NOVA,
Dezembro de 1989

Catorze anos após a independência, o cabo-verdiano vê afastar-se para mais longe a perspectiva de um futuro certo quando os esforços e investimentos desenvolvidos não dão os frutos previstos, enquanto o peso das sequelas de uma certa estratégia ou ausência dela se faz sentir com acuidade.

No seu quotidiano o cabo-verdiano vê o seu mundo a desmoronar-se:

- O aumento constante dos preços sem possível acompanhamento de salários;

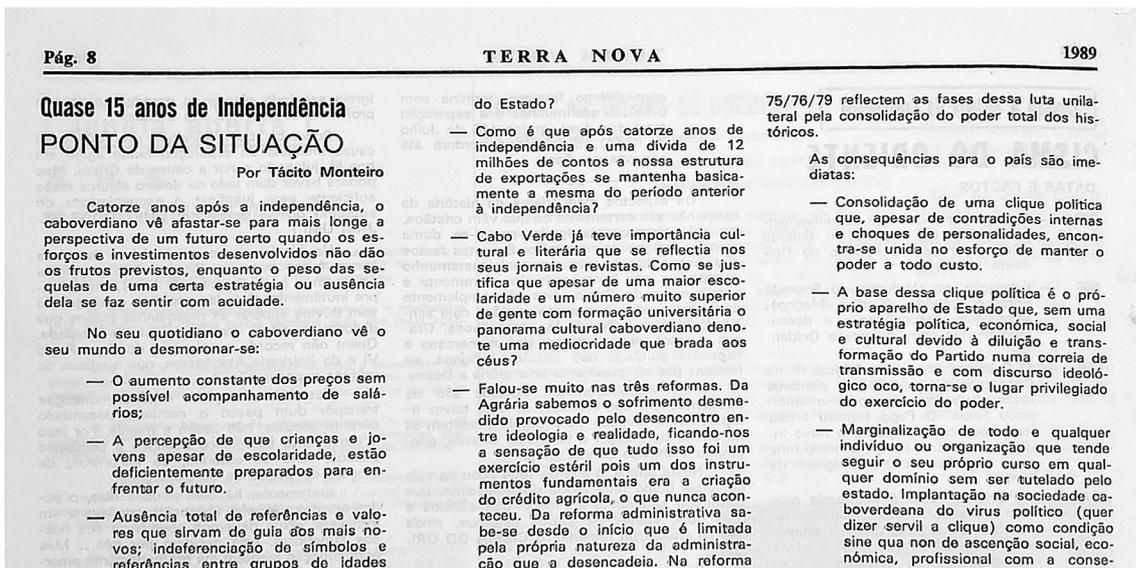
- A percepção que as crianças e jovens, apesar da escolaridade, estão deficientemente preparados para enfrentar o futuro;

- A ausência total de referências e valores que sirvam de guia aos mais novos; indiferenciação de símbolos e referências entre grupos de idades com consequente salada de crianças, jovens e adultos, todos numa *lambada*;

- O surrealismo de uma existência onde a rádio, a televisão e jornais competem num desfile de reuniões, conferências, congressos e seminários dados por reais, mas que são percebidos como exercícios fantasmagóricos sem relação com a realidade e que ao mesmo tempo constituem uma assombração permanente;

- A insegurança no dia-a-dia e a inércia na prevenção e repressão de crimes de delicto comum contrastam fortemente com a rapidez e a eficiência de acção quando se trata de reprimir jovens a desfilar pela Rua de Lisboa exibindo cartazes PAZ, AMOR e MÚSICA.

Perante esta situação, ques-



tões começam a crepitar-lhe na mente com violência cada vez maior:

- Como se compreende que o Estado que se diz ter como preocupação máxima a massa trabalhadora baseie a maior parte das suas receitas em impostos indirectos que incidem indiscriminadamente sobre a população, reflectindo-se directamente no custo de vida?

- Porque esse crescimento constante de despesas do Estado, pois mais eficiente não se torna? Pelo contrário, centralizado como está na Praia, só incrementa o seu crescimento anárquico cujas consequências em termos de saneamento, energia, criminalidade, etc., iremos todos pagar;

- Como se compreende a rigidez do tratamento dado aos emigrantes no que diz respeito às imposições aduaneiras e outras, quando é do conhecimento público a importância cada vez maior do chamado comércio informal, vulgo rabadância, à margem da lei?

- Porque é que temos de ser nós "...os restantes patriotas" a pagar pelas despesas do partido e das suas organizações de massa, que, como se sabe, são pagas através do orçamento do Estado?

- Como é que após catorze

anos de independência e uma dívida de 12 milhões de contos a nossa estrutura de exportações se mantenha basicamente a mesmo do período anterior à independência?

- Cabo Verde já teve importância cultural e literária que se reflectia nos seus jornais e revistas. Como se justifica que, apesar de uma maior escolaridade e um número muito superior de gente com formação universitária, o panorama cultural cabo-verdiano denote uma mediocridade que brada aos céus?

- Falou-se muito nas três reformas. Da Agrária, sabemos o sofrimento desmedido provocado pelo desencontro entre a ideologia e realidade, ficando-nos a sensação de que tudo isso foi um exercício estéril, pois um dos instrumentos fundamentais era a criação do crédito agrícola, o que nunca aconteceu. Da reforma administrativa sabe-se desde o início que é limitada pela própria natureza da administração que a desencadeia. Na reforma do ensino esta envolvida toda a gente excepto os agentes intervenientes no ensino - professores, alunos e pais.

Se são estas reformas os pilares do Cabo Verde do futuro, então dá para perguntar que

futuro vamos oferecer aos nossos filhos?

Como chegamos a esta situação?

Cabo Verde nasceu numa onda avassaladora de esperança e certezas. Uma euforia que cruzava as fronteiras de idades e embriagava a todos. A juventude cabo-verdiana, com a sua generosidade própria, engajou-se totalmente no processo de independência e, logo a seguir, na construção nacional. Isso era claramente reflectido na composição do Partido. Antes do 25 de Abril, a estrutura do partido era incipiente e foi completamente submersa pela movimentação dos jovens e do povo no que foram os meses cruciais da afirmação do Partido em Cabo Verde. É de lembrar que o PAIGC ao assinar o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau só conseguiu para Cabo Verde o reconhecimento formal do direito à autodeterminação e independência. A partir daí, o teatro das operações passou para Cabo Verde. Daí que o papel do movimento autóctone, principalmente dos jovens, tenha sido decisivo no desencadear do processo das negociações que levou à assinatura do acordo de independência.

O PAIGC, nas vésperas da

independência, ainda se encontrava em processo de organização, processo esse conduzido fundamentalmente por jovens e outros que, tendo dirigido a luta pela independência em nome do PAIGC, vêem-se então como militantes e a construir a estrutura partidária.

Uma clivagem, com mais ou menos clareza, desenhava-se no interior do Partido: os *históricos* da luta na Guiné e os novos militantes cuja acção foi decisiva para as transformações em Cabo Verde. Numa estratégia clara de assumpção do poder total, os históricos vão utilizar o aparelho do Estado em construção como base do seu poder, em detrimento do Partido que é visto como base dos autóctones. Começa o discurso da normalização e da maturidade, ao mesmo tempo que se incentiva as divisões entre os militantes, com antagonismos artificiais (de cafés) entre maoismos, trotskismos, estalinismos, orquestrados a partir de certos departamentos do Estado no intuito de destruir a base dos autóctones mesmo sacrificando o partido no processo. Os três Governos de 75/76/79 reflectem as fases dessa luta unilateral pela consolidação do poder total dos históricos.

As consequências para o país são imediatas:

- Consolidação de uma clique política que, apesar de contradições internas e choques de personalidades, encontra-se unida no esforço de manter o poder a todo o custo;

- A base dessa clique e o próprio aparelho do Estado que, sem uma estratégia política, económica, social e cultural devido à diluição e transformação do Partido numa corrente de transmissão e com discurso ideológico oco, torna-se o lugar privilegiado do exercício do poder;

- Marginalização de todo e qualquer indivíduo ou organização que tende a seguir o

seu próprio curso em qualquer domínio sem ser tutelado pelo Estado. Implantação na sociedade cabo-verdiana do vírus político (quer dizer servil à clique) como condição *sine qua non* de ascensão social, económica, profissional com a consequente institucionalização da mediocridade. Daqui se compreende a hostilidade do regime a Baltazar Lopes, exemplo de verticalidade e distanciamento de quaisquer poderes na sua trajetória de investigar e dar a conhecer a cabo-verdianidade.

- A centralização absurda do aparelho do Estado, implicando um crescimento excessivo da capital e criando fortes correntes migratórias em direcção aos centros urbanos, que veio aumentar as dificuldades de um crescimento regional e

tornar inoportáveis as despesas correntes dos problemas sociais assim incentivados.

- Ausência de uma estratégia nacional com os seus corolários a nível de crédito, orçamento, fisco, cultura, educação, formação profissional, comunicação social, desenvolvimento regional, indústria, etc.

- Instituição de insegurança social ao autonomizar as forças policiais e militares de qualquer controlo da sociedade, pois os seus actos só podem ser julgados pelas suas próprias instituições - Tribunais Militares e Ministro da Pasta.

- O efeito destruidor a nível psicológico e funcional dum povo a quem se quer fazer acreditar que as suas mulheres devem estar na OMCV, as suas crianças na OPAD e os jovens na JAAC, organizações que

se dizem de massa, mas que, ao fim de 14 anos, constituem uma minoria marginal no seio dos grupos que pretendem enquadrar. Apesar disso, detêm o acesso aos órgãos de comunicação social e são subsidiados pelo Estado (receitas sacadas de todos), apresentando-se, contudo, até recentemente, como as únicas organizações não-governamentais face às ONGs estrangeiras, conseguindo assim financiamento para as suas sedes, os seus polivalentes e seus projectos cujos objectivos são principalmente políticos.

Este cenário irreal leva a uma resignação profunda, com as pessoas confinando-se em suas casas, ou seja, à atomização progressiva da sociedade. Daí é um passo para a passividade, para o não ligar o que se

passa ao lado, a perda de solidariedade social, a valorização do cinismo, do subir a custa de intrigas. Termos como *mafioso*, *cambalacho* entram na linguagem corrente porque expressam precisamente a atitude que tende a prevalecer nas relações sociais.

À laia de conclusão dir-se-ia:

- Que os *históricos* cavaram um fosso na sociedade cabo-verdiana, privando-a do seu único recurso real: a energia e a capacidade criadora das pessoas;

- Que feriram profundamente o povo que os recebeu tão calorosamente e que pensou que a sua esperança era a mesma que os tinha alimentado na luta;

- Que criaram um *handicap* na sociedade ao quebra-

rem a moral deste povo orgulhoso, *handicap* esse que já se tornou num dos maiores obstáculos ao desenvolvimento.

Esta situação não pode continuar. Como disse Gorbachev «os que se atrasam são punidos pela vida».

A exemplo do que se passa noutras paragens há que romper com a prática de manter o poder a todo o custo, divorciando-se da sociedade.

É estranho ver gente que se impôs um futuro incerto ao acreditar numa luta que opunha uma população analfabeta e marginalizada a um exército moderno (luta na Guiné), agora, na sua própria terra, em muito melhores condições, não acredita na capacidade do seu povo em dirigir os seus destinos sem tutores e em completa liberdade.

QUE É REALMENTE PRECISO PARA O RELANÇAMENTO DO PAÍS?

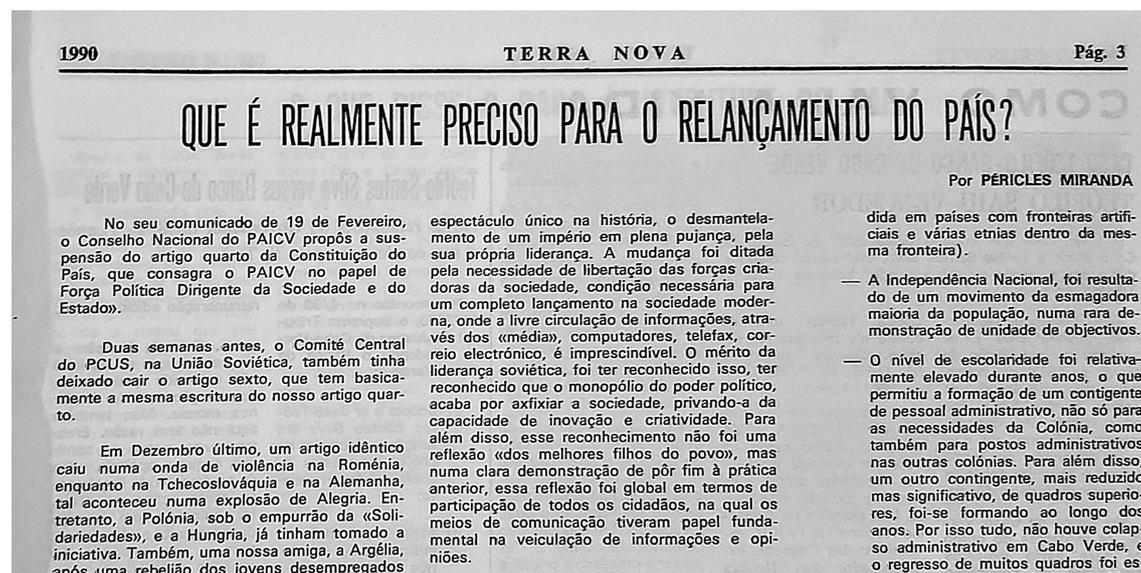
Humberto Cardoso

(pseudónimo Péricles Miranda)

TERRA NOVA,
Fevereiro de 1990

No seu comunicado de 19 de Fevereiro, o Conselho Nacional do PAICV propôs a suspensão do artigo quarto da Constituição do País, que consagra o PAICV como “Força política dirigente da Sociedade e do Estado”.

Duas semanas antes, o Comité Central do PCUS, na União Soviética, também tinha deixado cair o artigo sexto, que tem basicamente a mesma escritura do nosso artigo quarto. Em Dezembro último, um artigo idêntico caiu numa onda de violência na Roménia, enquanto na Checoslováquia e na Alemanha (RDA), tal aconteceu, numa explosão de alegria. Entretanto, a Polónia, sob o empurrão da *Solidariedade* e a Hungria, já tinham tomado a iniciativa. Também, uma nos-



sa amiga, a Argélia, após uma rebelião dos jovens desempregados e a repressão sangrenta que se lhe seguiu, optou pelo abandono do princípio que garantia ao FLN o monopólio político do país.

Esta pequena resenha de acontecimentos recentes questiona a pretensão da direcção do PAICV de não ver qualquer ligação entre o modelo CV e o

desses países e de, por conseguinte, não ter de tirar ilacções de uma análise aberta das consequências do modelo na sociedade cabo-verdiana, a nível político, económico, científico, cultural e artístico.

De entre os argumentos apresentados, para negar essa familiaridade de modelos, salientam as formas de propriedade permitidas em Cabo

Verde, fundamentalmente a propriedade privada, impen-sável nos tais outros países de partido único. Esquecem-se que o sistema de partido *força dirigente da sociedade e do Estado* não é só apanágio da Rússia colectivista de Stalin, mas também da Alemanha capitalista de Hitler e da Itália capitalista de Mussolini. Vê-se assim que a fórmula não tem

muito a ver com a forma de propriedade, mas sim, traduz um fenómeno político chamado de TOTALITARISMO cujo núcleo central é a concentração monopolista do poder nas mãos do Partido/Estado e a legitimização do partido como a única depositária/proprietária da vontade popular.

Considerando o que foi dito acima, não se pode aceitar simplesmente que o PAICV, em mais um acto de paternalismo, decida que, após toda uma trajetória de construção da democracia participativa, é possível dar mais um salto. Pedro Pires disse, em conferência de imprensa, que Cabo Verde não está em crise, e que tudo o que aconteceu foi o coroamento de reflexões sucessivas que datam de 1983.

É interessante notar que essas reflexões devem ter sido bem lentas, pois em 1988, no III Congresso, foi *chumbado* o conceito de sociedade civil, dado como alienígena à con-



cepção partidária da sociedade, e foi tirada a conclusão de que o sistema político vigente seria “o que melhor serve os interesses de Cabo Verde”.

A União Soviética não estava em crise, nem sujeita a pressões intoleráveis, mas a ascensão de uma nova liderança, Mikhail Gorbatchev, apoiada por uma geração mais aberta do PCUS, desencadeou um processo que afastou para longe o espectro da guerra, libertou povos inteiros da opressão totalitária, e acabou por suprimir o seu próprio monopólio político. Um espectáculo único na História: o desmantelamento de um império em plena pujança, pela sua própria liderança.

A mudança foi ditada pela necessidade de libertação das forças criadoras da sociedade, condição necessária para um completo lançamento na sociedade moderna, onde a livre circulação de informações, através dos média, computadores, telefax, correio electrónico, é imprescindível. O mérito da liderança soviética foi ter reconhecido isso, ter reconhecido que o monopólio do poder político acaba por asfixiar a sociedade, privando-a da capacidade de inovação e de criatividade. Para além disso, esse reconhecimento não foi uma reflexão «dos melhores filhos do povo» mas sim, (numa clara demonstração que pôs fim à prática anterior) uma reflexão global, com a participação de todos os cidadãos, na qual os meios de comunicação tiveram papel fundamental na veiculação de informações e de opiniões.

Através da «Glasnost» (transparência), o PCUS pôs fim, de facto, ao seu monopólio político, ao iniciar o diálogo social que levou à revisão da história e à análise do seu próprio papel na direcção do país. Daí a admiração geral por Gorbatchev, como arquitecto da corajosa decisão de lutar pela sobrevivência do Partido Comunista da União Soviética, não à custa do povo, da sua opressão e asfixia, ou através da reivindicação de um *direito*

histórico, mas sim, pela procura honesta de soluções, numa sintonia com esse mesmo povo que, em última análise, deverá dar livremente o seu parecer aos programas apresentados.

A liderança do nosso país parece **tímida**, prometendo o abandono do artigo IV ao mesmo tempo que acrescenta que isso deve ser feito no *quadro institucional existente*. Essa falta de coragem está aliada à não consciência das consequências do monopólio político do PAICV. Essas consequências são basicamente as mesmas em todo o lado:

1 - Extrema politização da sociedade, aliada à manifesta repulsa da maior parte da população pela política;

2 - Ossificação social e domínio da mediocridade, ao mesmo tempo que é notória a degenerescência dos costumes;

3 - Presença sensível da polícia política;

4 - Monopólio dos meios de comunicação social;

5 - Marginalização dos que não se encontram na sociedade-extensão do partido: jovens da JAAC/CV, mulheres da OMCV, trabalhadores da UNTC/CS, crianças da OPAD/CV.

Mas, como disse Pedro Pires, não devemos esquecer que o balanço é globalmente positivo, que o país é respeitado em todo o lado pelo seu rigor na administração das ajudas e pelo seu papel em fora internacionais. Não vamos disputar isso. Mas devemos lembrar que apesar de não termos tostão ao assumir a independência, tínhamos outras vantagens raras em África:

- Cabo Verde foi nação muito antes da independência política: um único povo e uma única língua (caso especial em África, que é dividida em países com fronteiras artificiais e várias etnias dentro da mesma fronteira);

- A independência nacional foi resultado de um movimento da esmagadora maioria da população, numa rara demonstração de unidade de objectivos;

- O nível de escolaridade foi relativamente elevado du-

rante anos, o que permitiu a formação de um contingente de pessoal administrativo, não só para as necessidades da colónia, como também para postos administrativos noutras colónias. Para além disso, um outro contingente, mais reduzido, mas significativo, de quadros superiores foi-se formando ao longo dos anos. Por isso tudo, não houve colapso administrativo em Cabo Verde, e o regresso de muitos quadros foi essencial para não só dar continuidade ao que existia, como também para a definição e a implementação de novas políticas;

- Uma série de outros factores, entre os quais o reconhecimento internacional do PAIGC e a existência de comunidades cabo-verdianas em vários países estrangeiros a apoiar a sua terra natal pela remessa de divisas e através da sensibilização dos governos dos países de emigração.

Todas as condições tínhamos, portanto, para conseguir resultados positivos, pois, para além do que foi dito acima, somos dos países que mais ajuda “per capita” recebeu.

Agora, saber em que medida essa gestão de ajudas foi benigna para as populações visadas, ou ajudou a criar as bases de uma economia própria, não obriga ao recurso de aval estrangeiro. Conseguir-se-ia essa informação simplesmente criando um ambiente de transparência, onde as populações agrícolas ajuizariam da sabedoria dos projectos do MDRP e do MOP, os pescadores falariam das ajudas na área da pesca, os trabalhadores das FAIMO (Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra) questionariam o seu futuro, e onde enfim... todos poderiam manifestar a sua opinião ou sugestão, quanto a qualquer iniciativa que tenha tido impacto na vida da comunidade ou do país.

Claro que a esta proposta iria aparecer o eterno contra-argumento: «As pessoas sempre puderam expressar-se livremente em Cabo Verde. O Jornal Terra Nova não é da oposição? Se as pessoas não dizem nada, é porque não querem ou estão a favor. As últi-

mas sondagens encomendadas por nós, dão-nos uma aprovação de 84% pela **performance** de 15 anos».

Como resposta, consideremos o seguinte:

- O povo cabo-verdiano tem a sua experiência democrática reduzida ao período entre o 25 de Abril de 1974 e os primeiros tempos pós-independência;

- O período logo após a independência em vez de ter sido de reconciliação, deu origem a novas divisões, agora verificadas no seio do Partido. O espectro da polícia chamada **segurança** agigantou-se, actuando nessas divisões, aprofundando-as e catalogando pessoas;

- A feroz repressão em 1977 de pessoas bem conhecidas do meio mindelense, acusadas de crimes contra a Segurança do Estado e que, de acordo com a lei criada no mês anterior à captura dessas mesmas pessoas, foram confinadas por seis meses e, por fim, entregues à justiça militar, práticas que não ficam nada a dever ao que se passava em certos países da América Latina.

- A depuração, no estilo de Stalin da década de trinta, de muitos militantes do Partido, sob a acusação de trotskismo. Assim, militantes pouco antes dados como exemplos a seguir, membros do Governo apontados como competentes, tornaram-se de um dia para o outro, traidores do povo, fraccionistas, etc. Os outros militantes foram proibidos de manter relações amistosas com esses novos *leprosos*. Chegou-se a ponto de a candidatura de um ex-membro do Governo à vaga de professor eventual de Escola Preparatória ter sido indeferida com base na falta de idoneidade moral e cívica;

- A forma violenta como foi tratada a questão da reforma agrária, com a intervenção de militares e subsequente prisão de muita gente que acabou por ficar sob custódia militar, e tempos depois julgada por tribunal, também militar;

- A impunidade e a ligeireza das intervenções policiais e também militares, em qualquer manifestação de contestação, não interessando se de

natureza política ou não;

- O passar por cima de certos símbolos como a Rádio Voz de S.Vicente, primeiro porta-voz do PAIGC e da Luta pela independência em Cabo Verde, criada pelo povo de S.Vicente, guardada pelo povo da S.Vicente, que foi arrebataada num dia qualquer, por um qualquer, por uma lei qualquer, que diz o Estado (Partido) tem o monopólio dos meios de comunicação e que pode, por conseguinte, **expropriar o povo, ao serviço do povo**.

Seguramente isto leva-nos a concluir que o povo cabo-verdiano teve realmente pouco tempo de vivência democrática.

É essencial, pois, que, para o relançamento do país, haja essa vivência democrática, porque só assim é que o homem cabo-verdiano se tornará realmente na verdadeira riqueza da nossa terra.

Porque a vivência democrática não significa só ser capaz de votar de tempos em tempos em fulaninho ou sicraninho. Vivência democrática significa, primeiro de tudo, **dignidade como homem e como cidadão em pleno gozo de todos os seus direitos, a livre troca de informações, um terreno fértil de criatividade e a expectativa de recompensa por trabalho competente**.

A concluir, propomos o seguinte:

1 - Que o artigo 4º da Constituição seja já revisto na próxima sessão da ANP, com a mesma celeridade que os outros artigos sobre a propriedade foram revistos em Dezembro de 1988;

2 - Que as próximas eleições presidenciais sejam realizadas por sufrágio directo e universal;

3 - Que seja apresentado à ANP um projecto de revisão da lei sobre associações, com vista a eliminar o artigo que exclui associações políticas;

4 - Que o PAICV, em coerência com as suas reflexões na última reunião do CN, crie todas as condições para uma transferência completa [do poder];

5 - Que seja desactivada a parte política da acção policial.

Questionando os Dogmas do chamado “Quadro Institucional”

Humberto Cardoso

(pseudónimo Péricles Miranda)

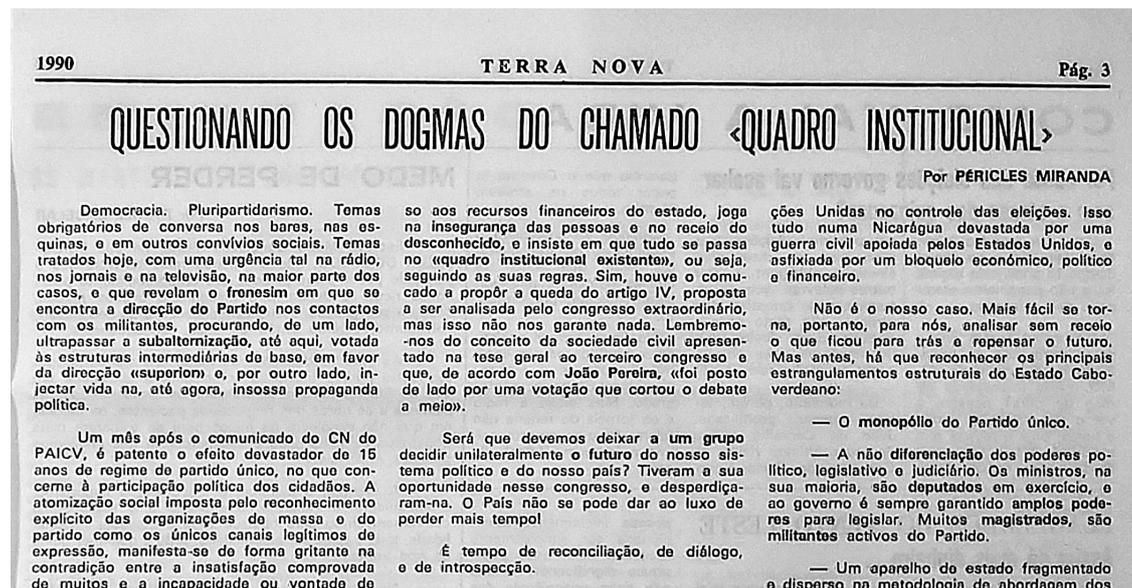
TERRA NOVA,
Março de 1990

Democracia. Pluripartidarismo. Temas obrigatórios de conversa nos bares, nas esquinas, e em outros convívios sociais. Temas tratados hoje com uma urgência tal na rádio, nos jornais e na televisão, que, na maior parte dos casos, revelam o frenesim em que se encontra a direcção do Partido. Multiplicam-se os contactos com os militantes, procurando, por um lado, ultrapassar a subalternização, até aqui, votada às estruturas intermédias e de base, em favor da direcção *superior* e, por outro lado, injectar vida na, até agora, insossa propaganda política.

Um mês após o comunicado do CN do PAICV, é patente o efeito devastador de quinze anos de regime de partido único, no que concerne à participação política dos cidadãos. A atomização social imposta pelo reconhecimento explícito das organizações de massa e do partido como os únicos canais legítimos de expressão, manifesta-se de forma gritante na contradição entre a insatisfação comprovada de muitos e a incapacidade ou vontade de

O espectáculo, já conhecido dos últimos quinze anos, continua. O Partido a falar sozinho, mas agora com um novo tema: congratulando-se por conduzir a sociedade cabo-verdiana à **maioridade política**, mas reafirmando que essa liberdade prometida só deve ser prosseguida cautelosamente e sob a direcção da *nossa força, luz e guia, o PAICV*.

Realmente, o PAICV encontra-se neste momento numa grande agitação, que muitos consideram de campanha elei-



toral. Vendo a legitimidade de que sempre se reivindicou contestada em todo o lado, pensa, entretanto, encontrá-la numa Constituição por si ditada, ao mesmo tempo que se prepara para a arrebatada nas eleições.

Procurando garantir o seu sucesso, aproveita-se do *aparatus* existente e do acesso aos recursos financeiros do Estado, joga na insegurança das pessoas e no receio do desconhecido, e insiste em que tudo se passe no **quadro institucional existente**, ou seja, seguindo as suas regras.

Sim, houve o comunicado a propor a queda do artigo IV, proposta a ser analisada pelo congresso extraordinário do PAICV, mas isso não nos garante nada. Lembrem-nos do conceito da sociedade civil, apresentado na tese geral ao III Congresso em 1988 e que, de acordo com João Pereira Silva, “foi posto de lado por uma votação que cortou o debate a meio”.

Será que devemos deixar a um grupo decidir unilateralmente o futuro do nosso sistema político e do nosso país? Tiveram a sua oportunidade nesse congresso e desperdiçaram-no. O País não pode dar-se ao luxo de perder mais tempo.

É tempo, de reconciliação, de diálogo e de introspecção

Por ter autoritariamente dirigido o país por um caminho cujo modelo tem sido contestado por povos de muitos países, atingidos que foram pontos de estagnação económica e mesmo de retrocesso, seria natural e lógico que o PAICV abandonasse a sua arrogância e a sua teia propagandística. Essa é a condição *sine que non* para encetar uma verdadeira análise da situação em que nos encontramos e da forma como a ela chegamos.

O PAICV deve esta autocrítica ao povo de Cabo Verde.

A sua credibilidade depende disso e da sua capacidade prática em posicionar o país e o povo acima de quaisquer considerações de poder, e do seu próprio projecto político. É preciso que a direcção do PAICV tenha a coragem que Daniel Ortega e a direcção sandinista demonstraram ao se submeterem ao escrutínio popular, não no quadro institucional deles, mas em completa liberdade e, mais, apelando ao apoio das

Nações Unidas no controlo das eleições. Isso tudo numa Nicarágua devastada por uma guerra civil apoiada pelos Estados Unidos e asfixiada por um bloqueio económico, político e financeiro.

Não é o nosso caso. Mais fácil se torna, portanto, para nós, analisar sem receio o que ficou para trás e repensar o futuro. Mas antes, há que reconhecer os principais estrangulamentos estruturais do Estado cabo-verdeano:

- O monopólio político do Partido único.

- A não diferenciação dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Os ministros, na sua maioria, são deputados em exercício e ao governo é sempre garantido amplos poderes para legislar. Muitos magistrados judiciais são militantes activos do Partido.

- Um aparelho do Estado fragmentado e disperso na metodologia de abordagem dos problemas. Em regimes de partido único o elemento unificador da actividade estatal é o aparelho do partido que formula e segue a implementação de estratégias globais ou sectoriais. O PAICV não conseguiu pôr de pé este aparelho, de modo que o elemento unificador foi sempre a acumula-

ção de cargos do Governo por membros da comissão política. Por não serem uma emanação pura dum aparelho do Partido coerente, aproveitam-se dos seus ministérios e empresas tuteladas para se reposicionarem no xadrez político. Daí a perplexidade do cidadão comum, face à desconexão da actividade estatal, reconhecida, em várias ocasiões, mesmo por membros do Governo.

- Papel sempre ambíguo das Forças Armadas, ambiguidade proveniente da sua caracterização como braço armado do partido (armado contra quem?).

- A não transparência do Ministério das Forças Armadas e Segurança: a estrutura do seu orçamento é ignorada pelos próprios deputados; as actividades na sombra da Segurança, sem absolutamente qualquer controlo da sociedade.

- A existência de leis como a do boato (seis meses de prisão), a lei nº 95/76, que permite a prisão sem organização de processo por três meses, passível de prorrogação por mais dois meses, as quais, juntamente com a existência da autorização de saída, funcionam com uma autêntica espada de Demócles sobre a cabeça do cidadão. Em contrapartida, as forças de repressão só podem ser julgadas nos tribunais militares.

- Subordinação total dos meios de Comunicação Social, transformados em instrumentos de propaganda.

A verdadeira abertura só terá lugar quando os estrangulamentos estruturais acima referidos forem claramente reconhecidos pelo poder vigente e adoptadas medidas tendentes a modificar esta situação. Só criando as condições para uma verdadeira democracia, este país terá, realmente, uma chance.



Democracia, claro, não é uma panaceia

Democracia, na sua natureza última e profunda, é uma regra de jogo, permitindo a expressão e confronto de antagonismos e baseia-se na fecundidade desses mesmos antagonismos. Para isso, há que salvaguardar a diversidade e proteger as minorias.

Considerando o que se disse, constata-se que a exigência do

PAICV em proceder à abertura política no quadro institucional existente encontra-se perfeitamente deslocada e em contradição com a dinâmica social. A tarefa prioritária do momento consiste, precisamente, em questionar o quadro institucional actual e definir um novo quadro que permita o desabrochar da democracia no país.

O momento é de acção. E a direcção do PAICV demonstraria o seu empenho efectivo no processo de democratização,

adoptando, desde já medidas susceptíveis de reforçar a confiança dos cidadãos. Entre outras, seguem-se:

1 - O desmantelamento da polícia política e a completa reestruturação das forças policiais no âmbito de um ministério civil - um possível item para a remodelação ministerial proposta por João Pereira Silva.

2 - Suspensão/revisão da Lei de Imprensa, por forma a permitir a livre circulação de informações.

3 - Adopção, durante a sessão de Maio de legislação autorizando a constituição de partidos políticos.

4 - Revogação da legislação vigente sobre a prisão preventiva.

5 - Adopção de legislação sobre o acesso aos meios estatais de comunicação (nomeadamente a Rádio e Televisão) por parte de outras correntes de opinião e forças políticas.

6 - Constituição de uma comissão eleitoral, incluindo

do pessoas de reconhecida idoneidade, não afiliadas no PAICV, para imediata revisão da lei eleitoral.

Com estes gestos, o PAICV mostraria o desejo de continuar as suas tradições de luta, e o espírito de liderança activa que não se acomoda com o Poder. Amílcar Cabral já uma vez avisou que *a luta é um comboio em movimento e quem ficar a congratular-se com o trabalho realizado arrisca-se a perdê-lo*.

MAIS TRANSPARENCIA, PAICV

- A mudança no interesse de toda a Nação

Humberto Cardoso

(pseudónimo Péricles Miranda)

TERRA NOVA,
Abril de 1990

Após muitos anos de uma vida pachorrenta à sombra de um sistema político inspirado nas concepções totalitárias estalinistas, o PAICV parece adquirir uma nova dinâmica.

Constatando o desmoronar da sua fonte de inspiração (regimes do Leste Europeu), o partido no Poder lança-se decididamente numa via - como sempre rotulada de *original* - cuja finalidade última é a manutenção do poder, procedendo ao mesmo tempo às mudanças cosméticas exigidas pelos novos amigos (Internacional Socialista).

A estratégia do PAICV desenvolve-se segundo três vertentes:

1 - Assegurar o poder a todo o custo, utilizando, para o efeito, os instrumentos de quinze anos criados em função da sua concepção de poder;

2 - Esquecer e fazer esquecer a filiação ideológica em relação ao Leste Europeu, em favor de novos pontos de referência subitamente descobertos (RFA, Suécia, etc.);

3 - Renovar a liderança, até agora petrificada pela

1989	TERRA NOVA	Pág. 3
<p>MAIS TRANSPARÊNCIA, PAICV! A mudança no interesse de toda a Nação Por PERICLES MIRANDA</p>		
<p>Após muitos anos de uma vida pachorrenta, à sombra de um sistema político inspirado nas concepções totalitárias estalinistas, o PAICV parece adquirir uma nova dinâmica.</p>		
<p>Constatando o desmoronar da sua fonte de inspiração (regimes do Leste Europeu), o partido no poder lança-se decididamente numa via — como sempre rotulada de «original» — cuja finalidade última é a manutenção do poder, procedendo ao mesmo tempo às mudanças cosméticas exigidas pelos novos amigos (Internacional Socialista).</p>		
<p>A estratégia do PAICV desenvolve-se segundo três vertentes:</p>		
<p>1) — Assegurar o poder a todo o custo, utilizando, para o efeito, quinze anos em função da sua concepção de poder;</p>		
<p>2) — Esquecer e fazer esquecer a filiação ideológica (concepção do poder) em relação ao leste europeu, em favor de novos pontos de referência subitamente descobertos (R. F. A., Suécia, etc.);</p>		
<p>3) — Renovar a liderança, até agora algo</p>		
<p>vocacionada para intervir e controlar todas as manifestações sociais, qualquer que seja o seu carácter.</p>		
<p>— O «intervencionismo» do aparelho de estado na vida social, é amplificado pela profunda simbiose Estado/Partido, a tal ponto que as duas instituições são percebidas pelo cidadão comum, como sendo uma única instituição, controladora e repressiva para os que se encontram distanciados dela, mas generosa para os submissos.</p>		
<p>— A utilização de critérios de confiança política e fidelidade pessoal, na nomeação para posições de chefia no aparelho do estado. Se acrescentarmos a desarticulação evidente das acções dos departamentos estatais e a sua utilização para reposicionamento político dos dirigentes estatais-partidários, compreenderemos as consequências directas desta situação: o nepotismo, a subordinação total ao chefe, a incapacidade em assumir decisões, a inamovibilidade de chefes, directores e ministros, a ausência de criatividade, o burocratismo, a falta de respeito pelo público que paga os impostos (directos e indirectos) que sustentam esse mesmo aparelho, o imobilismo que impede a adopção de medidas correctivas, etc..</p>		
<p>— O divórcio real existente entre o Partido/Estado e a Sociedade, e, no interior do Partido, entre os líderes históricos e os militantes das estruturas intermédias e de base</p>		
<p>talmente, aos «melhores filhos do povo vindos da Guiné». Mas para que esse messianismo tivesse a maior verossemelhança era necessário destruir toda a lembrança, os símbolos e os líderes do movimento autóctone das massas. A história devia ser revista, símbolos como Rádio Voz de São Vicente deviam desaparecer, e os líderes afastados. Uma discontinuidade é assim criada, permitindo a inserção de um conjunto de símbolos retirados de outra realidade (a luta na Guiné) tais como FARP, Milícias Populares, Tribunais Populares, Zonas Libertadas, etc., que consubstanciam a legitimidade histórica reclamada e o direito de dirigir o país. Ora, isto só pode persistir enquanto a sociedade se considerar tutelada. Dai o paternalismo sufocante que não permite a ascensão de qualquer personalidade, demonstrada de forma inequívoca na constituição dos governos após 1979. Para além do núcleo inicial dos históricos, só integraram esses governos os seus camaradas que tinham ficado na Guiné e outras personalidades que na maior parte dos casos, pouca ou nenhuma participação tiveram na luta das massas caboverdianas.</p>		
<p>— A situação de hostilidade preventiva constituída por uma rede legal (lei do boato, lei de prisão preventiva sem culpa formada, autorização de saída, tribunais militares) que ao mesmo tempo que salvaguarda as forças de repressão, põe a descoberto qualquer cida-</p>		

solidariedade de clã entre os históricos, aproveitando a dinâmica social.

As bases para a primeira vertente da estratégia do PAICV podem ser brevemente resumidas como se segue:

- A implantação de um aparelho de inspiração totalitária e que por isso é vocacionada para intervir e controlar todas as manifestações sociais, qualquer que seja o seu carácter;

- O intervencionismo do aparelho do Estado na vida social, e amplificado pela profunda simbiose Estado/Partido a tal ponto que as duas instituições são percebidas pelo cidadão comum como sendo uma única instituição, controladora e repressiva para os que se

encontram distanciados dela, mas generosa para os submissos;

- A utilização de critérios de confiança política e fidelidade pessoal na nomeação para posições de chefia no aparelho do Estado. Se acrescentarmos a isso a desarticulação evidente das acções dos departamentos estatais e a sua utilização para reposicionamento político dos dirigentes estatais e partidários compreenderemos as consequências directas desta situação — o nepotismo, a subordinação total ao chefe, a incapacidade em assumir decisões, a inamovibilidade de chefes, directores e ministros, ausência de criatividade, a burocracia, a falta de respeito

pelo público que paga os impostos (directos e indirectos) que sustentam esse mesmo aparelho, o imobilismo que impede a adopção de medidas correctivas, etc.;

- O divórcio real existente entre o partido e a Sociedade, e no interior do partido, entre os líderes históricos e os militantes das estruturas intermédias e de base. Divórcio, cuja origem se encontra na implantação de uma mística libertadora, de onde se extraiu a legitimidade histórica e a consequente condenação da sociedade à minoridade política.

Essa mística relativiza até ao extremo a acção das massas autónomas em 74 e 75, ficando a independência a dever-se

fundamentalmente aos *melhores filhos do povo* vindos da Guiné. Mas, para que esse messianismo tivesse a maior verossemelhança, era necessário destruir toda a lembrança, os símbolos e os líderes dos movimentos autóctone das massas.

A História devia ser revista, símbolos como a Rádio Voz de S. Vicente deviam desaparecer e os líderes afastados. Uma discontinuidade é assim criada, permitindo a inserção de um conjunto de símbolos retirados de outra realidade (a luta na Guiné) tais como as FARP, Milícias Populares, Tribunais Populares, Zonas Libertadas, etc., que consubstanciam a legitimidade histórica reclamada e o direito de dirigir o país.

Ora isso só pode persistir enquanto a sociedade se considerar tutelada. Dai o paternalismo sufocante que não permite a ascensão de qualquer personalidade, demonstrada de forma inequívoca na constituição dos governos após 1980. Para além do núcleo inicial dos históricos, só integraram esses governos os seus camaradas que tinham ficado na Guiné e outras personalidades que na maior parte dos casos, pouca ou nenhuma participação tiveram na luta das massas caboverdianas.

- A situação de hostilidade preventiva constituída por uma rede legal (lei do boato, lei da prisão preventiva sem culpa formada, autorização de



saída, tribunais militares) que, ao mesmo tempo que salvaguarda as forças de repressão, põe a descoberto qualquer cidadão. Um exército nacional chamado **braço armado do partido**, uma polícia militarizada cujos estatutos dizem que os seus oficiais e os do exército são permutáveis.

O povo tem vivido estes quinze anos sob um regime que não sendo de terror directo mantém uma espada levantada, pronta a ser utilizada perante o mínimo sinal de protesto. Os exemplos são vários, bastando lembrar a evacuação da Rua de Lisboa em Mindelo, pela polícia de pistola em punho, seguida de patrulhas do exército com armas automáticas, simplesmente porque alguns jovens resolveram manifestar publicamente o seu descontentamento.

Não é, pois, de espantar que o país esteja *calmo*, apesar das declarações de abertura por parte do PAICV. Todos sabem que a serpente tem duas cabeças e até agora, apenas uma falou. A outra, o aparelho do Estado, continua impassível, não se pronuncia; nenhuma promessa clara de desmantelamento das instituições que vêm asfixiando a sociedade caboverdiana [é feita].

Pelo contrário, tudo funciona (ou não funciona) como se nada tivesse acontecido - os mesmos discursos, as mesmas pessoas, a mesma informação

sem sal, o mesmo paternalismo, a mesma incapacidade, o mesmo desrespeito pelo público. Ainda mais, a cabeça falante não tem pressa em quebrar a unidade siamesa das serpentes. O artigo quarto vai continuar até o último instante...

O segundo ponto da estratégia do PAICV tem a ver com a sua preocupação em encontrar outros patronos, perdidos que foram os antigos. Assim, nestes dois meses, temos assistido a visita de vários dirigentes a Portugal, Suécia, RFA, Holanda, principalmente para contactos com os países socialistas.

Longe vão os tempos das visitas ao Leste Europeu, da formação de quadros nas escolas do Partido desses países, os velhos tempos de assistência à nossa polícia pela famigerada (e felizmente já dissolvida) STASI da RDA. Agora a moda é a social democracia, esquecendo o velho princípio leninista de centralismo democrático e a estrutura estalinista do Partido.

A urgência de que se revestiram esses contactos com a social democracia europeia, insere-se numa estratégia de antecipação, visando evitar o isolamento. Não tenham, as novas organizações políticas do país a ideia de abraçarem o ideário social-democrata e obterem o apoio da Internacional Socialista.

Finalmente, no terceiro ponto da estratégia, a liderança do

Partido pretende utilizar a dinâmica social e os requisitos para a sua aceitação na Internacional Socialista como meios de pressão para quebrar a, até agora, solidariedade de clã. Esta solidariedade conduziu ao imobilismo e, de qualquer forma, estava a ser ameaçada pelo sistema de voto secreto.

É assim que no segundo congresso alguns membros da então comissão política ficaram mal votados, mas foram recuperados autoritariamente para a comissão política. No Terceiro Congresso, isso não foi totalmente possível e saíram alguns históricos da comissão política; contudo essa saída não foi seguida de perda de pasta ministerial. Provavelmente, é essa a razão por que apesar da reorientação económica do país, decidida por esse congresso, não houve remodelação do governo, o que não espantou a ninguém.

A actual situação, por deitar abaixo a legitimidade histórica, também põe de lado as velhas solidariedades e cria a possibilidade de ascensão de vários líderes. Isso tem que ser feito com muito cuidado, com garantias e num ritmo adequado para os que vão ficando para trás. Dai que todas as decisões sejam publicamente anunciadas como resultantes de consenso ou posição unânime.

Considerando o que foi dito acima, é visível que a estratégia do PAICV;

- Ao pretender manter o Estado de inspiração totalitária de modo a sustentar o sentimento de insegurança dos cidadãos;

- Ao vestir outras roupagens ideológicas, não numa procura de solução para os problemas do país, mas sim para não ficar isolado, e principalmente, esvaziar o posicionamento de possíveis expressões políticas genuínas no espectro político correspondente às aspirações de justiça social manifestadas pelo povo nas grandes manifestações de 74/75;

- Ao dosear a sua *abertura* de acordo com a salvaguarda dos privilégios do clã dos históricos, simplesmente mostra a todos que persiste no divórcio em relação à sociedade caboverdiana e continua a pôr em segundo plano a absoluta necessidade de libertar todas as forças criadoras do país, sob pena de ficarmos para sempre [à mercê] da generosidade internacional.

Torna-se, portanto, imperativo que a sociedade, no seu conjunto, tome a direcção da transição da I para a II República, a fim de que ela seja conduzida nos interesses de todo o povo e num clima de real estabilidade, porque assegurando a livre participação de todos.

Para o efeito, é indispensável que a sociedade apresente reivindicações claramente viradas para o desmantelamento

da estrutura do poder instaurado pelo PAICV.

Importa libertar as energias e o poder criativo deste povo!

Assim, as exigências mínimas são:

- Eliminação do artigo quarto da Constituição durante a sessão da ANP de Maio;

- Dissolução imediata da polícia política;

- Constituição de um Governo de transição formado por individualidades propostas pelo PAICV e individualidades independentes. Esse Governo será essencialmente um Governo de gestão que presidirá ao desmantelamento da simbiose PAICV/Estado e organizará as eleições democráticas;

- Suspensão do mandato de deputados que acumulam cargos ministeriais;

- Suspensão da disciplina de voto por parte dos deputados à presente ANP que são militantes do PAICV;

- Nomeação imediata de comissões constituídas por individualidades do PAICV e independentes para dirigir os órgãos de comunicação social;

- Elaboração imediata da lei de constituição de partidos políticos;

- A fim de garantir total imparcialidade que seja imediatamente criada uma comissão ou comissões independentes e do PAICV para distribuição de espaços e tempo de antena nos órgãos de comunicação social do Estado.

Não existe Polícia Política em Cabo Verde?

Humberto Cardoso

(pseudónimo Péricles Miranda)

TERRA NOVA,
Junho de 1990

O Ministro das Forças Armadas e Segurança, na sua intervenção na última sessão da ANP, afirmou que o “Estado de Cabo Verde dispõe de uma polícia de segurança que se rege pela legalidade, previne e reprime práticas que a lei define como crimes”. Essa intervenção surgiu na sequência das

várias denúncias de existência da polícia política e da exigência do seu desmantelamento pela oposição. No que se segue, tentamos caracterizar a polícia que realmente temos.

Segundo o Ministro, essa polícia de segurança “se rege pela legalidade”. De que legalidade se trata? A polícia de segurança foi criada no primeiro governo 75/80, regendo-se por leis aprovadas por uma assembleia ilegal.

A Assembleia da chamada primeira legislatura foi eleita a 30 de Junho de 1975 e

as suas funções eram as de uma assembleia constituinte, competindo-lhe escrever a Constituição e dissolver-se. Como é do conhecimento de todos, nem escreveu a Constituição nem se dissolveu, tornando-se um instrumento do PAIGC que de único partido votado nas eleições de 75 se transformou, pela sua alta recreação, num partido único.

As leis relativas à segurança passadas por essa assembleia ilegal foram feitas sob medida, por forma a, de um lado, permitirem um à vontade nas in-

tervenções contra os cidadãos, e por outro, uma completa impunidade face ao poder civil e à sociedade.

Assim, temos a lei do boato, que permitia a prisão até seis meses, uma lei contra algo muito difícil de definir, pois incluía as chamadas *bocas*, ou seja, críticas não veiculadas através dos canais considerados próprios (estrutura do partido e organizações satélites). A lei 97/76 que dava uma liberdade de acção à segurança só igualada nas piores ditaduras, pois permitia a prisão de pessoas

por 150 dias sem culpa formada, ao mesmo tempo que atribuía a essa mesma polícia, a organização dos processos, prerrogativa do Ministério Público, nos Estados de Direito.

Leis que colocavam os crimes considerados contra a segurança do Estado sob a alçada de tribunais militares, tribunais de excepção, com juízes sob a dependência da tutela do órgão organizador dos processos. Que independência se pode esperar daí?



Leis que limitavam a saída do país, condicionando-a à apresentação de uma autorização de saída dada por uma polícia de fronteira, sob a mesma tutela da segurança.

Leis que colocavam os agentes da polícia, acusados de crimes no exercício das suas funções, sob a jurisdição dos tribunais *militares* populares, ou seja, com o privilégio de serem julgados pelos seus pares, completamente fora do controlo do poder e da sociedade civil.

O Ministro continua, e diz que a segurança “previne e reprime práticas que a lei define como crime”. Certamente e para *prevenir* que as verbas destinadas à segurança e ordem pública, no Orçamento Geral do Estado, são representadas como uma soma única (superior a duzentos mil contos no orçamento em vigor) de modo a que o público não conheça como são usadas. E é a partir dessas verbas que são pagos os agentes de prevenção – informadores, colaboradores, etc., que apesar de:

- Não *informarem* sobre os tankers que despejam restos de combustíveis e procedem à lavagem dos tanques junto das nossas costas (vd. caso recente na Boa Vista);

- Não *informarem* sobre os traficantes de droga que estão a envenenar a juventude do país;

- Não *informarem* sobre os barcos de pesca piratas, que destroem as nossas reservas de peixe;

- Não *informarem* sobre os circuitos de prostituição de menores.

Ainda assim, são as garantias da “própria segurança do Estado, como tal, exercendo a sua soberania e fazendo funcionar as instituições”.

O *reprimir* significara que a nossa polícia deverá estar armada precisamente como andava armada a polícia colonial, com arma de fogo no cinto. Pode-se compreender o uso da pistola pela polícia colonial, pois tinha a função de repressão numa sociedade hostil, onde antes de ser polícia de ordem pública, era agente de um governo estrangeiro. Mas,



na nossa terra independente, onde não há relatos de polícias mortas a tiro, uma polícia armada só tem trazido desgostos e luto a famílias em Santo Antão, S.Vicente, Santiago e Brava, que viram os seus filhos caírem por causa de pequenas querelas sem importância.

O cidadão comum, esse, sente-se inseguro, e alvo de assaltos, roubos, ameaças, mas dificilmente às suas queixas é dado o devido seguimento. Veja-se o caso de queixas apresentadas relativas a assaltos que prefiguravam o assassinato de Renato Cardoso e que foram positivamente ignoradas pela polícia.

Perante este apparatus de leis autoritárias, tribunais de excepção e armamento, pode-se perguntar: será que havia uma situação latente de guerra civil? Será que o PAIGC/PAICV não acreditou no resultado das eleições de 75 e nas manifestações populares do mesmo período? Ou será que apesar dos braços estendidos com que foram recebidos, sentiam-se como os *melhores filhos do povo e com direito a governar*, mito a ser logo de início garantido a todo o custo, mesmo que fosse necessário comportarem-se como estrangeiros na sua própria terra?

Se aprofundarmos a análise, verificamos que a explicação da necessidade dessa polícia, com os poderes e prerrogativas acima descritos, encontra-se no coração do modelo implantado em Cabo Verde.

E evidente para todos qual é o sistema referencial que

orientou a construção da estrutura Partido/Estado. Para os que albergavam alguma dúvida, a estreita ligação entre a derrocada em série dos regimes do Leste Europeu e a nossa *abertura* deve ter sido muito instrutiva.

Realmente, o modelo Partido/Estado, desenvolvido em Cabo Verde e no essencial o modelo totalitário desenvolvido por Stalin na União Soviética e, posteriormente, exportado por toda a parte. Esse modelo já foi sobejamente discutido e, por isso, vamos-nos concentrar no instrumento que é fundamental para o seu equilíbrio. Esse instrumento é a polícia política.

É sabido que o Partido/Estado tem necessidade previamente de se auto-convencer, de convencer os seus agentes, de convencer o seu povo e os Estados estrangeiros da legitimidade do seu poder; tem que demonstrar que esse poder não é senão uma emanção da vontade do povo e que o Estado mais não é que o porta-voz da sociedade. Daí a negação da existência da sociedade civil independente do Estado.

Para aumentar esta comédia, o Partido único organiza eleições com listas únicas porque a oposição não existe, e se existir só pode ser constituída por traidores ou sabotadores. Ora, tudo isto não se pode manter se não estiver bem presente na mente de todos a grande intimidação - A POLÍCIA POLÍTICA. Considerando isto, vê-se que é no mínimo desconcertante negar que esse instru-

mento existiu e existe em Cabo Verde. Está no próprio centro nevrálgico do regime.

Podemos ainda mostrar que a polícia política nos modelos totalitários, tem um papel mais abrangente do que nas ditaduras ou despotismos. Conhecemos a PIDE/DGS que actuou em Cabo Verde no tempo colonial. Este polícia era extremamente repressiva, mas essa virada, fundamentalmente, contra ideias e organizações de uma certa banda do espectro político — e chamada esquerda. Entretanto permitia-se uma certa tolerância, como te-

de fazer política sob a capa da cultura, Terra Nova é permitida porque ligada à Igreja, mas mantida sob ameaça, clubes como a Produção Vídeo são desmantelados em favor da televisão nacional, homens de cultura como Baltazar Lopes são hostilizados, etc.).

Na sua sanha de criação da homogeneidade social e monolitismo político nem a própria estrutura do partido está fora do seu alcance.

Todos os que militaram no partido nos anos 70 lembram-se de como a Segurança foi instrumental na divisão dos então militantes, na rotulação das tendências de militantes e na vigia fechada que fazia aos mais proeminentes, então membros do Governo e mais tarde brandidos como traidores.

Recentemente foi do conhecimento de todos o papel activo da segurança no afastamento da Secretária-geral da OMCV, esposa de um alto dirigente do Partido.

Isso tudo dentro da lógica da polícia política no modelo totalitário que, no seu país de nascimento, a União Soviética, levou à morte e campos de concentração de milhares de militantes do partido comunista, militantes esses hoje reabilitados pelo partido no consulado de Gorbachev. E porque pode ser lançada contra o partido, a polícia política é sempre controlada ao mais alto nível pelo aparelho do Partido. No PAICV, na sua comissão política, o pelouro da segurança não está com o Ministro das Forças Armadas e Segurança, que é membro dessa comissão, mas sim com o próprio **Secretário-geral**.

Para terminar, acrescentaremos que, se na realidade não vivemos sob um regime de repressão generalizada não é por falta da existência de apparatus legal ou institucional, mas sim tanto pela nossa história que criou em nós uma extrema sensibilidade ao infortúnio dos nossos e uma solidariedade muito grande, com também a nossa fragilidade económica que nos põe sob a dependência da generosidade de outras nações que, por sorte, praticam princípios opostos aos do modelo de sociedade imposto ao

Para isso, além de eliminar os dissidentes, há que eliminar todas as possíveis fontes de desvio. Assim, só se pode ter uma rádio (a Rádio Voz de S. Vicente tem que ser integrada na Rádio Nacional), os jornais e revistas devem ser controlados pelo partido ou organizações satélites (revistas como Ponto & Virgula são acusadas



país. Apesar disso, a verdadeira face surgiu em situações de crise como em 77, 79, 81 e 86, e emerge actualmente, quando se enfrenta pela primeira vez uma oposição organizada.

Em tempo de abertura, esta

tentativa de reedição de práticas anteriores parece grotesca senão suicida em termos políticos porque invalida, de facto, toda a capitalização possível do facto inegável de terem iniciado as mudanças.

A transformação do PAICV em mais um partido na arena política nacional só se verificará se houver (1) real compreensão da sua natureza intrínseca e (2) aceitação, na plenitude, do facto de que com a abertura

entrou em processo de crescimento e da necessidade de assumir as consequências desse crescimento.

Enquanto isso, é urgente que a sociedade civil e a oposição continuem a exigir

a queda do artigo quarto da Constituição que consagra o PAICV como força dirigente da sociedade e do Estado e o dismantelamento do órgão que garante esse papel - a **Polícia Política**.

Congresso do PAICV - Afinal Nada Mudou

Humberto Cardoso

(pseudónimo Péricles Miranda)

TERRA NOVA,
Agosto de 1990

Com a convocação e a realização do Congresso Extraordinário, o PAICV pretendeu consolidar a ideia que a abertura política foi essencialmente o resultado de um crescimento interno, o qual é levado até às últimas consequências na renovação dos estatutos, do programa político e da direcção do partido. O PAICV aparece, assim, como um órgão vivo em completa comunhão com o País, ao mesmo tempo que nega qualquer descontinuidade entre a sua prática nos últimos quinze anos e a sua presente actuação.

A realidade, porém, é outra, muito diferente do que as camadas de cosméticos aplicadas nos poderiam sugerir. Se não vejamos:

O PAICV, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de “mecanismos democráticos de formação e expressão de interesses de diferentes grupos sociais” (associações políticas e partidos), põe-se acima desses mecanismos ao auto-proclamar-se “*não um partido entre outros, mas o partido do povo caboverdiano, símbolo da sua dignidade e a garantia última da realização das suas justas e seculares aspirações à liberdade, à igualdade, ao progresso e à justiça social para todos*”. É evidente o profundo significado desta proclamação. O PAICV continua a querer manter o povo caboverdiano refém da sua interpretação histórica da luta que nos conduziu à independência nacional. O PAICV continua a

negar ao povo caboverdiano a sua própria história impondo-lhe uma visão messiânica consubstanciada numa mitologia de libertação que o faz eterno devedor do “partido da independência e do desenvolvimento”. Assim, a luta pela independência não é integrada nas lutas pelas múltiplas *independências* - existência como povo, afirmação cultural e linguística, literatura própria, resistência à opressão, sobrevivência em várias partes do mundo - ou seja, a história do povo caboverdiano nas ilhas e na diáspora. Pelo contrário é a história da luta de libertação que engloba tudo e que se torna na referência do passado, do presente e do futuro.

O PAICV descreve-se como partido da democracia que defende para Cabo Verde o sistema político multipartidário, numa combinação de democracia representativa e democracia participativa. Esse sistema político seria um aprofundamento *da democracia* em que temos vivido nos últimos quinze anos. Todos sabem o significado da *democracia participativa* deles - partido único, inexistência de liberdade de expressão e de associação, de reunião e de manifestação, polícia política, tribunais militares, exército braço armado do partido, listas únicas nas eleições, organizações do partido (OMCV, JAAC, OPAD, UNTC/CS), tribunais de zona, milícias, etc. Também os países do Leste Europeu eram chamados de democracias populares, expressões cujos adjectivos - popular, participativa, nacional revolucionária - só servem para encobrir a ausência da democracia. O PAICV nunca foi um partido de democracia, nem na sua vida interna, onde reinava o centralismo

democrático, nem na sua postura em relação à sociedade, à qual recusava autonomia, recusa essa recentemente reafirmada na negação da existência da sociedade civil.

O PAICV diz-se partido da unidade nacional, acrescentando que “fazer a política da unidade significa procurar conciliar os interesses das diversas camadas sociais, integrar o território nacional e diminuir os desequilíbrios regionais”. Para o país, essa conciliação de interesses tem-se realizado pela eliminação da manifestação desses interesses, ficando o partido como única voz a ser ouvida. Integração do território nacional tem significado ultracentralização de decisões na capital e paralisia nas ilhas, esvaziamento do poder local, êxodo rural, etc. Em relação à diminuição dos desequilíbrios regionais talvez estivessem a referir às comemorações da independência realizadas cada ano numa ilha com a consequente infusão de dezenas de milhares de contos para obras visíveis a serem inauguradas no acto. Até já há propostas que essas comemorações e os fundos que as acompanham prossigam do nível de ilhas para o nível de concelhos e, quem sabe, para o nível de freguesias. A identidade nacional caboverdiana sobreviveu, geração após geração, à erosão colonial, a viagens intercontinentais, a ambientes hostis noutras paragens, e é, por conseguinte, algo inatacável. Cabo Verde não foi criado na Conferência de Berlim como foram os outros países africanos e, por isso, toda a energia que o PAICV põe na defesa da unidade nacional não é senão uma procura de reforço do mito, caro ao seu reivindicado direito de governar o país. Esse

mito é ilustrado na proclamação de Amílcar Cabral como Fundador da Nacionalidade. Se a Guiné-Bissau é uma nação forjada na luta, o mesmo não se passa com Cabo Verde. O próprio ex-secretário-geral do PAICV, Aristides Pereira, afirmou que Cabo Verde era uma nação muito antes da independência. Então, a persistência do mito só pode ser compreendida como parte do sistema ideológico criado de suporte à legitimidade histórica.

O Partido defende “*um Estado regulador do desenvolvimento que intervenha para dar conteúdo real à democracia, corrigindo os desequilíbrios sociais numa sociedade de desigualdades múltiplas, que de outro modo tenderiam a reproduzir-se e a alargar-se*”. Essa forma de actuação do Estado resume o que foi tentado durante décadas na Polónia, Checoslováquia, RDA, Hungria e outros países comunistas e que resultou no que todos sabem - opressão política, estagnação económica, estagnação tecnológica, corrupção, endividamento externo, mediocridade cultural, etc. É espantoso como o PAICV não consegue se desembaraçar dos seus complexos ideológicos, mesmo frente a casos chocantes da história recente de vários países.

Tendo em mente o que foi dito acima, é claro para todos que o PAICV, na sua essência, não mudou: não conseguiu vislumbrar um papel diferente a desempenhar na sociedade caboverdiana que reflectisse uma análise adequada da sua actuação nos últimos quinze anos e uma vontade de superação das práticas anteriores. Em vez de um partido mais ágil, sintonizado com as populações, vê-se um partido mais autista, preso

nas malhas duma legitimidade histórica eterna. A forma como o congresso extraordinário decorreu ilustra bem essa tendência:

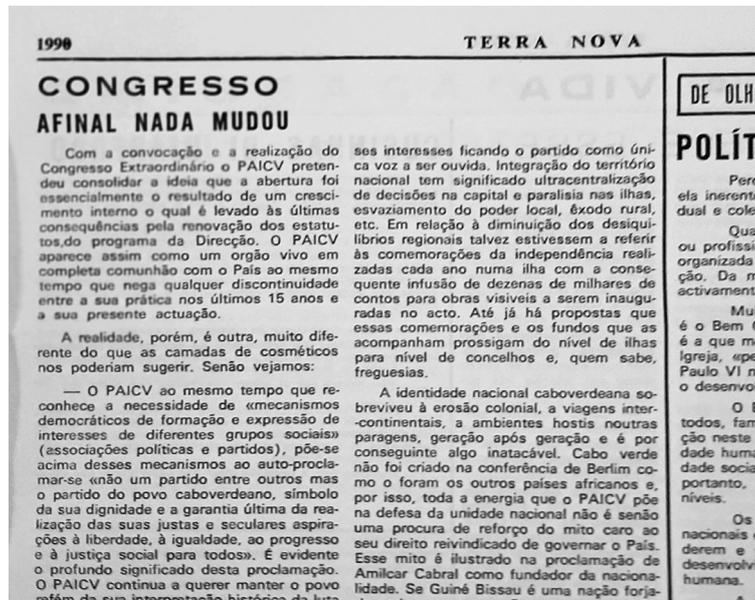
- A renovação da direcção do partido, objecto da resolução do Conselho Nacional, reunido antes da realização do congresso foi torpedeado pelo sistema eleitoral adoptado em que o Secretário-Geral tem o direito de apresentar a sua própria lista, enquanto listas alternativas só podiam ser apresentadas por, pelo menos, 25 delegados. Eliminava-se assim a possibilidade de, a exemplo do que aconteceu no II e III Congressos, fossem promovidas pessoas vistas pelos delegados como mais próximas da actividade partidária, ou seja, do aparelho.

- A lista do Secretário-Geral, que só foi contraposta a uma lista de última hora, ganhou com facilidade. A lista ganhadora contraria em termos de hierarquia de membros do CN os resultados dos dois últimos congressos e reflecte uma preocupação com necessidade de enfatizar o legado histórico transportado por personalidades. Se até agora as personalidades com legado histórico resumiram-se aos vindos da Guiné, neste congresso procurou-se alargar o grupo e o resultado é o reposicionamento de certas personalidades ligadas à luta clandestina em Portugal e Cabo Verde.

- O congresso frustrou as expectativas duma direcção renovada e jovem, apesar da entrada de José Luís Fernandes para a comissão política. A composição da comissão política, a sua própria hierarquia interna - reflectindo uma hierarquia antiga, de Luta - faz



-nos pensar que houve um recuo em relação a uma renovação. Tal recuo, teria sido desencadeado pela inesperada reacção de Osvaldo Lopes da Silva, aquando da sua exclusão do Governo. Esse dirigente, do círculo mais interno dos históricos, criticou acerbadamente o Primeiro-Ministro Pedro Pires e actual secretário-geral, avançando pistas que, a serem desenvolvidas, podiam pôr em causa a própria unidade do partido. Ora, uma renovação a fundo iria tocar mais históricos desse círculo interno, o que poderia precipitar uma crise profunda no partido; de modo que a solução encontrada foi de deixar tudo como estava. É natural que o secretário executivo venha a ser o órgão com maior importância



no partido, considerando que o conselho nacional, com o seu alargamento e somente duas reuniões anuais, perdeu relevância e que a comissão polí-

tica é produto de um compromisso, com vista a evitar uma crise no partido. De qualquer forma, o partido ao sacrificar a agilidade e a capacidade de

inovação ao carácter histórico da sua legitimidade abriu caminho para uma futura crise, principalmente em caso de perder as eleições.

É, pois, compreensível que o PAICV prossiga com o seu calendário claramente inconveniente para uma real expressão do povo caboverdiano; que a comunicação estatal continue a ser instrumento do partido; que a polícia política continue a identificar opositores; e que não haja nenhum esforço de concertação com a oposição quanto à transição para a II República.

Ora, nos últimos tempos de certa liberdade no país, em que largos sectores da população têm visivelmente demonstrado o seu descontentamento, a impassibilidade e a arrogância da postura do PAICV e,

também, a sua incapacidade em se desembaraçar das teias ideológicas, tecidas por ele próprio, tornaram inviável a sua persistência no poder. O PAICV teve uma oportunidade de mudança durante o III congresso e não a agarrou, acontecendo o mesmo neste congresso, enquanto os custos disso tudo são suportados pelo país. É, pois, urgente, que o país saia desse impasse e para isso é necessário que:

1 - A Assembleia Nacional Popular se demita já na próxima sessão o Governo;

2 - A ANP nomeie um governo de transição que prepare as eleições legislativas a serem realizadas três meses depois;

3 - O governo de transição seja formado por individualidades independentes dos partidos políticos.

Votar fora o Governo: única hipótese para o bem do País e do PAICV

Humberto Cardoso

(pseudónimo Péricles Miranda)

TERRA NOVA,
Novembro de 1990

A um mês das eleições legislativas pluripartidárias, é preocupante a utilização que o PAICV faz do aparelho do Estado. É do conhecimento de todos, a forma como o Estado foi organizado nos últimos quinze anos reflectiu a filosofia de base do Partido Único. Assim temos:

1. Um Estado centralizador funcionando na base do clientelismo político. Nos concursos públicos os candidatos são testados em matérias do PAICV (Programa, etc...);

2. Um Estado ineficaz e ineficiente;

3. Um Estado em que os diferentes órgãos não conseguem a concertação necessária. Basta ter presente as declarações do ex-ministro da Economia, manifestando o seu completo desacordo com a política de extroversão da economia, política

central do Governo nos últimos dois anos;

4. Um Estado em que instituições como as Forças Armadas e a Polícia são esvaziadas do seu verdadeiro papel e dirigidas para o controlo e a repressão política da sociedade;

5. Um Estado que ignora a emigração e a existência de milhares de caboverdianos cujas remessas constituem um factor extremamente importante do equilíbrio da economia do País;

6. Um Estado cujas políticas levam à marginalização progressiva de parte do território nacional (Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista, Maio, Brava), enquanto constrói uma capital a um ritmo de crescimento tal que a torna ingovernável.

É, pois, este Estado que o PAICV, não consciente da monstruosidade construída, continua a explorar no claro intuito de se manter no poder, não pelos simples métodos, ditados pelo *fair play*, mas pela manipulação pura dos meios do Estado e pela intimidação da sociedade, claramente demonstrada pelas *inverdades* espalhadas pelos seus

altos dirigentes. Intimidação, porque quando alguém foge à verdade de forma tão flagrante, a mensagem que quer passar é a que pode impor a sua verdade e que o poder continua intacto nas suas mãos. Todos sabem da *verdade* dos quinze mil sanvincentinos a apoiar o PAICV, dita com o sorriso nos lábios por Pedro Pires.

Mais, o PAICV, não contente com o uso abusivo dos meios do Estado, está a apostar em manietar o futuro de Cabo Verde. Assim:

1 - O PAICV decidiu uma revisão ampla da Constituição, ratificada por uma ANP que nas suas sessões anteriores nunca tinha sido tão unânime como na sessão de Setembro último. Uma ANP que ignorou pura e simplesmente todas as manifestações do povo em todas as ilhas contra o domínio exclusivo do PAICV. Uma ANP que perdeu a legitimidade (quando é que a teve?), legitimidade que o próprio Conselho Nacional do PAICV, em Novembro de 1989, não lhe creditava para fazer a revisão da Constituição;

2 - O PAICV decide uma Constituição capaz de gerar conflito institucional grave entre o Presidente da República e a Assembleia Nacional, no momento em que as instituições da República treinam os seus primeiros passos na senda da Democracia, com os *"handicaps"* descritos acima;

3 - O PAICV cria um Governo com 28 membros dando continuidade ao progressivo crescimento do aparelho do Estado, sem consideração alguma para a actual conjuntura internacional pouco favorável;

4 - O PAICV lança-se num frenesim legislativo, produzindo leis de toda a ordem, procurando resolver problemas acumulados nos últimos quinze anos e a responder a questões prementes da sociedade para as quais sempre foi cego e surdo;

5 - O PAICV procura ridicularizar a oposição, esforçando-se por diminuir os seus dirigentes e o seu programa. Com isso, procura passar um certificado de menoridade à sociedade ao negar-lhe, como certos grupos ultradireitistas da Europa em

relação aos países africanos, o nível necessário à vivência em democracia.

Estas acções do PAICV, demonstrativas do seu antidemocratismo intrínseco, só deixam ao caboverdiano a possibilidade de, para garantir a implantação da democracia, votar o PAICV *para fora* do Governo. Está visto que é a única hipótese dos seus dirigentes aprenderem a viver em Cabo Verde sem se esconderem por detrás dessa mistificação da realidade que é a de se afirmarem melhores filhos do povo, partido da independência e partido de Amílcar Cabral.

Assiste-se, hoje, a um retomar, por parte da sociedade caboverdiana, das rédeas do seu futuro, rédeas essas despidamente arrebatadas pelo PAICV nos meses que se seguiram à independência.

O movimento ritmado de todo o povo no fim do comício do MpD, em S. Vicente, mostra essa sintonia e a disposição de todos em assumir plenamente o seu destino sem quaisquer paternalismos. ■